# curtas

## Um balé **incerto**

### A COMUNIDADE INTERNACIONAL PRECISA NOVAMENTE DECIDIR COMO VAI LIDAR COM AS ALTERAÇÕES DO CLIMA

Incerteza é o que não falta quando se fala em mudanças climáticas. Não se trata da minoria que insiste em que a ciência não tem provas suficientes de que o aquecimento global deriva da ação do homem. Mas sim do fato de que nem bem o Protocolo de Kyoto passou a valer e a comunidade internacional precisa voltar à mesa de negociação para decidir como o mundo vai lidar com as alterações do clima.

O protocolo foi assinado em 1997 e poucos imaginavam que levaria oito longos anos para que entrasse em vigor. Fato é que o arcabouço previsto no protocolo vale até 2012. Além dessa data, "o livro está em branco", diz Marcelo Rocha, pesquisador da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) e consultor da Fábrica Éthica.

> O arcabouço previsto por Kyoto vale até 2012. Além dessa data, o livro está em branco

Isso deve começar a mudar a partir da 11ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP, na sigla em inglês –, prevista para 28 de novembro a 9 dezembro em Montreal, no Canadá. O fim do outono canadense deve ajudar a manter o clima ameno durante a reunião, cujo objetivo é o de encontrar o consenso entre as nações signatárias da Convenção – inclusive os Estados Unidos –, mas somente para iniciar um novo mandato para negociar o regime pós 2012.

**SOBRAM PROPOSTAS E FALTA CONSENSO. O ENCONTRO EM MONTREAL É SÓ O COMEÇO DA CONVERSA**



Repete-se o ocorrido em 1995, quando a primeira COP aprovou o Mandato de Berlim, que por sua vez determinou a redação do protocolo, assinado na terceira COP, em Kyoto.

Para Gylvan Meira Filho, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados, da USP, o processo de negociação a ser detonado em Montreal deve durar cerca de um ano. Neste período é que os debates devem se acirrar. "É preciso um consenso sobre o nível das emissões de gases causadores do efeito estufa no futuro, prazos e valores", afirma Gylvan. "A decisão é política."

O Protocolo de Kyoto estabelece que os países desenvolvidos devem cortar, até 2012, suas emissões de gases de efeito estufa em pelo menos 5% em relação a 1990. Países em desenvolvimento, como Brasil, China e Índia, não possuem metas de redução.

Essa é a razão apontada pelos Estados Unidos para não ratificarem o Protocolo de Kyoto. Além disso, os americanos argumentam que o custo econômico de reduzir as emissões é alto e o melhor caminho é buscar mecanismos voluntários e tecnologias alternativas.

Na ponta oposta estão os que defendem novas metas a partir de 2012 e várias propostas técnicas abordam o "xis" da questão: a repartição das reduções entre os países. Uma delas, a de contração e convergência, desenvolvida pelo britânico Aubrey Meyer, propõe a definição de um limite para as emissões e de um cronograma para alocar direitos iguais de emissão para cada pessoa no planeta.

A chamada "proposta brasileira" baseia-se no princípio da responsabilidade histórica e define metas de redução de acordo com o efeito

relativo das emissões históricas de cada país no aumento global da temperatura.

Há outros proponentes que defendem a reformulação total do sistema, abandonando o instrumento de *cap-and-trade* – definição de um limite para as emissões, com permissão para que os países negociem créditos de carbono entre si – pela definição de até onde se aceita pagar pela redução das emissões. O argumento é que o sistema de *cap-and-trade* controla as emissões e não os custos, fator limitante para que os países adotem políticas.

**REDUZIR EMISSÕES É MAIS BARATO PARA OS EUROPEUS. NO BRASIL, SIGNIFICA DESMATAR MENOS**

## QUANTO CUSTA?

Embora estejam no centro das discussões, os custos de reduzir as emissões são de difícil estimativa. Na União Européia, que criou seu próprio mercado de carbono para atingir a meta do Protocolo de Kyoto, o custo pode ser medido pela multa para quem não cumprir as metas internas, diz Marcelo Rocha.

Segundo ele, a multa é de 40 euros por tonelada e subirá para 100 euros no período de 2008 a 2012. Nos Estados Unidos, o custo médio para deixar de emitir uma tonelada de carbono fica em torno de US$ 100, estima.

O economista Ronaldo Serôa da Motta, do Ipea, diz que o custo macroeconômico de reduzir as emissões é menor na Europa do que nos Estados Unidos, no Canadá e no Japão. "Não é à toa que os europeus se posicionaram diferentemente", diz.

Em 2000, 75% das emissões brasileiras provinham do desmatamento, o que indica que o custo de reduzi-las está intimamente ligado ao de manter a floresta em pé, como mostra artigo de Paulo Moutinho à página 44.

Moutinho e outros pesquisadores defendem que países que abrigam florestas tropicais, como Brasil e Indonésia, sejam compensados financeiramente por evitar o desmatamento. Tal proposta, como as demais, ainda não foram encampadas pelos países com vistas às negociações. No arcabouço de Kyoto, projetos de reflorestamento podem receber investimentos por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), mas não há instrumento que beneficie a manutenção em pé das florestas.

O futuro dos projetos de MDL e do mercado de carbono está entre as incertezas que rondam o tema das mudanças climáticas. O Banco Mundial, gestor de recursos dos compradores de créditos de carbono, diz que a "janela de oportunidade" para os MDL com prazo de mais de cinco anos se fecha ao final de 2006, pois não se sabe o regime que estará em vigor a partir de 2012.

Para Marcelo Rocha, apesar das incertezas, o Brasil tem oportunidades tanto na questão das florestas como na do MDL. "Interessa ao Brasil solucionar esse problema", diz ele, referindo-se ao desmatamento. "Por que não discutir isso internamente antes de internacionalmente?" Quanto aos projetos de MDL, segundo ele, o país pode olhar a situação de maneira estratégica e aproveitar o melhor momento para vender seus créditos de carbono.

Por enquanto, o balé diplomático está apenas começando.

*Flavia Pardini*

